

NOTA

SETEMBRO

Por causa do 11 de Setembro de 2001 fizeram-se algumas coisas certas e muitos disparates.

A invasão do Afeganistão, cujo regime absurdo apedrejava mulheres e dava guarida a terroristas, foi uma coisa certa.

A invasão do Iraque, cujo regime nefando gازهava a própria população e não tinha nada a ver com a Al Qaeda, foi um disparate.

Apartar a vigilância, com sacrifício para os direitos individuais, para perseguir os terroristas foi uma coisa certa.

Colocar-se acima da justiça como fizeram os EUA em Guantánamo foi um disparate.

Alguém deveria aproveitar esta dia de memória para se lembrar também dos disparates que fez entretanto. E corrigi-los. As vitimas do WTC merecem. (J.B.)

# Parceiro chinês da Gesventure promove investimento em Portugal

## INVESTIMENTO

PORTUGAL deve aproveitar o facto de ser um mercado europeu de entrada relativamente fácil e barata para atrair o investimento chinês, defendeu em Xangai o vice-presidente da empresa de capital de risco VCCChina, que assinou em Agosto de 2005 uma parceria para a introdução de empresas chinesas na Europa e vice-versa com a empresa portuguesa de capital de risco Gesventure.

"Para um empresa que queira entrar no mercado continental europeu, Portugal é uma boa escolha, porque é mais barato do que a França, por exemplo, e está suficientemente perto do centro da Europa", afirmou Wolfgang Yang, acrescentando que, apesar de serem competitivos em termos de custos, os países do centro da Europa que se juntaram recentemente à União Europeia, estão longe do centro do continente, "quer economicamente quer geograficamente".

Em relação ao fluxo oposto, Yang disse que "a forma mais segura de investir na China ainda é o sector mais tradicional, o da manufatura. O ideal é identificar uma fábrica que não esteja a dar bons resultados e dar-lhe a volta", afirmou.

O responsável da VCCChina sublinhou, no entanto, que o investimento estrangeiro na China não deve ter como principal objectivo a reexportação dos produtos para mercados europeus.

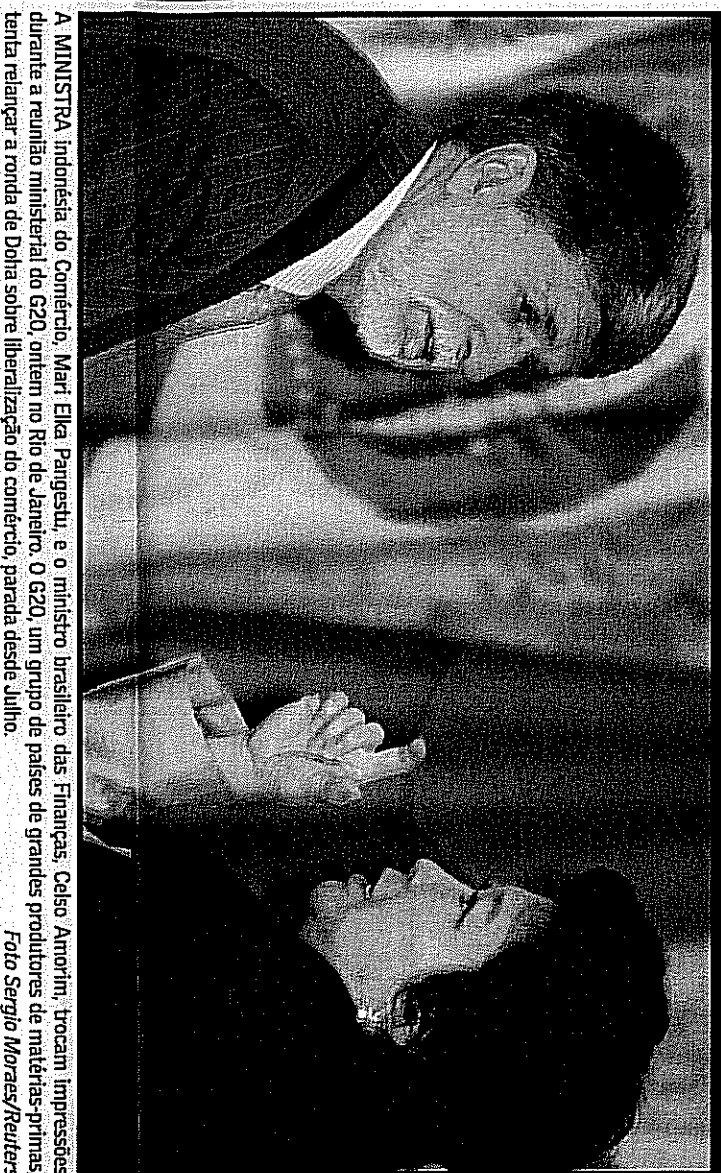
## Taxa da SIBS não ultrapassa 0,8%

### RESTAURAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO do sector da restauração aconselha os associados que estão a pagar uma taxa superior a 0,8% na utilização dos cartões de débito (multibanco) a renegociar com os seus bancos, disse fonte da entidade.

O secretário-geral da Associação da Restauração e Similares de Portugal (ARESP), José Manuel Esteves, disse à agência Lusa que a própria SIBS (Sociedade Interbancária de Serviços) garantiu à ARESP que a taxa actualmente aplicável aos restaurantes relativos aos cartões multibanco de débito é de 0,8% do valor das transacções.

## RIO DE JANEIRO: G20 relançam ronda de Doha



A MINISTRA indonésia do Comércio, Mari Elka Pangestu, e o ministro brasileiro das Finanças, Celso Amorim, trocam impressões durante a reunião ministerial do G20, ontem no Rio de Janeiro. O G20, um grupo de países de grandes produtores de matérias-primas, tenta relançar a ronda de Doha sobre liberalização do comércio, parada desde Julho.

## Dívida directa do Estado aumenta 0,9% em Agosto

### FINANÇAS PÚBLICAS

EM AGOSTO a dívida directa do Estado aumentou 0,9% face ao mês anterior, subindo para 107,1 mil milhões de euros, informou o Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP). Desde o início do ano a dívida subiu 5,2% e, comparando com Agosto do ano passado, é agora 7,4% superior.

No seu boletim mensal, o IGCP explica que a subida da dívida se deve à emissão líquida de 800 milhões de euros de obrigações do Tesouro e de 691 milhões de bilhetes do Tesouro. O stock dos certificados de aforro, por seu lado, aumentou 156 milhões de euros.

Os certificados especiais de dívida de curto prazo foram os únicos meios que contribuíram para a redução da dívida, com as amortizações a suplantarem, em 84 milhões de euros, o valor das emissões.

No total do mês, as emissões de títulos de dívida pública totalizaram 3.342 milhões de euros e as amortizações 2,3 mil milhões de euros. A maior parte da dívida, no total de 106,7 mil milhões de euros, está denominada em euros.

Os principais instrumentos de emissão são as OT de taxa fixa, cujo stock ultrapassa os 73 mil milhões de euros, e os certificados de aforro, que têm cativados quase 17 mil milhões de euros.

A dívida directa do Estado, cuja informação é divulgada pelo IGCP, e relativa apenas a este subsector das Administrações Públicas e exclui o passivo dos serviços e fundos autónomos, da administração regional e local e da Segurança Social.

## Transacções na